



Brasília-DF, 16 de outubro de 2026



delas é acaba com a escala de trabalho 6x1, prevista na PEC 221/19, aprovada pela Câmara em maio e no Senado na última quinta-feira (14). A outra, decorrente da PEC 14/21, aprovada pela Câmara em outubro de 2025, prevê aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, participará da sessão. "Com a aprovação no Senado, coroamos um esforço histórico que debatemos, construímos e aprovamos com muito diálogo na Câmara dos Deputados desde fevereiro, quando pautei o projeto. De lá pra cá, rodamos o Brasil escutando o trabalhador, o empresário e especialistas", afirmou Motta em suas redes sociais, após a aprovação da proposta.

A sessão de promulgação também contará com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Agência Câmara

Senado aprova fim da escala 6x1 por 75 votos a 1 e consagra conquista histórica dos trabalhadores

PEC 221/19 reduz jornada semanal sem corte salarial, garante dois dias de descanso e segue para promulgação pelo Congresso Nacional



Íntegra do texto aprovado

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (14), em primeiro e segundo turnos, a PEC 221/19, que acaba com a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada semanal sem redução salarial. Em ambos os turnos, o placar foi de **75 votos favoráveis e apenas um contrário**, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), em votação histórica para os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Trata-se de vitória relevantíssima para à classe trabalhadores, o movimento sindical, que há décadas

Congresso promulga o fim da escala 6x1 e aposentadoria especial para agentes de saúde

Hugo Motta diz que a aprovação da redução da jornada de trabalho coroa um esforço histórico feito pela Câmara



Hugo Motta: "Construímos e aprovamos com muito diálogo na Câmara"
Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, anunciou a realização de sessão solene do Congresso nesta sexta-feira (16), às 9h, para promulgar duas emendas à Constituição. Uma

Brasília-DF, 16 de outubro de 2026

luta por essa agenda no Congresso Nacional, e finalmente para o governo Lula, que sempre defendeu essa pauta.

A proposta prevê dois dias de descanso e a redução da jornada semanal para 42 horas 2 meses após a promulgação da emenda à Constituição, que deverá ocorrer nos próximos dias. Com a conclusão da votação no Senado, o texto segue para promulgação pelo Congresso Nacional.

A votação foi acelerada após a aprovação de requerimento da senadora Teresa Leitão (PT-PE), que permitiu a quebra dos interstícios regimentais e a conclusão da análise ainda na noite desta quarta-feira.

PROMULGAÇÃO À VISTA

A aprovação encerra etapa decisiva de reivindicação histórica do movimento sindical: superar a escala de seis dias de trabalho para apenas um de descanso. A promulgação transformará a proposta em emenda constitucional e abrirá caminho para a implementação da nova jornada.

A votação expressiva no Senado representa marco político e trabalhista. O desafio seguinte será acompanhar a regulamentação e a aplicação das novas regras, para que a redução da jornada e os dois dias de descanso se convertam em direitos efetivos, sem redução salarial.

BASTIDORES E AMEAÇA DE RETROCESSO

Embora os senadores do PL tenham votado a favor da PEC 221/19, circula nos bastidores da campanha de Flávio Bolsonaro a informação de que, caso vença a eleição de 25 de outubro, o senador pretende articular para derrubar a proposta aprovada.

A alternativa seria a PEC 12/26, do senador Rogério Marinho (PL-RN), associada à chamada escala 7x0 e ao pagamento por hora trabalhada, modelo que pode ampliar a instabilidade da jornada e reduzir a proteção assegurada pelo vínculo de trabalho.

A articulação atribuída à campanha, ainda não formalizada publicamente, contrasta com o voto favorável dado pela bancada do PL no Senado. Isso porque uma posição contrária à proposta poderia custar caro nas urnas na eleição presidencial. Por isso, votaram a favor, mas, nos bastidores, trabalharam o tempo todo para impedir a aprovação da proposta.

AUSÊNCIAS NA VOTAÇÃO

No primeiro turno, não votaram, por ausência, Ciro Nogueira (PP-PI), Márcio Bittar (PL-AC), Rogério

Marinho (PL-RN) e Sergio Moro (PL-PR). No segundo turno, esteve ausente Dr. Hiran (PP-RR).

Fonte: Diap

Nota das Centrais: Flávio Bolsonaro não defende trabalhador, ele só quer o seu voto

Em nota, centrais sindicais alertam que a mudança de posicionamento de Flávio Bolsonaro sobre o fim da escala 6x1 é questionável já que suas propostas de governo apontam para o enfraquecimento dos direitos



Há apenas cinco meses, em maio de 2026, o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro criticou a proposta que prevê o fim da escala 6x1 durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e defendeu uma jornada flexível: "Por que não é o trabalhador que, conforme as suas necessidades, é quem pode escolher sua jornada de trabalho? Muitas pessoas querem trabalhar mais, e a PEC [do fim da escala 6x1] pode engessar quem quer trabalhar mais", disse.

Sabemos, porém, que não é assim que a economia funciona. O trabalhador, sozinho, não tem condições de negociar jornada, salário e direitos diretamente com o patrão em igualdade de condições. A necessidade de manter o emprego limita seu poder de negociação e dificulta a conquista de melhores condições de vida.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o vice-presidente Geraldo Alckmin explicou o modelo de jornada defendido por Flávio: remuneração por hora, com convocação conforme a necessidade da empresa, como o trabalho intermitente, modalidade prevista na legislação brasileira desde a reforma trabalhista de

Brasília-DF, 16 de outubro de 2026

2017 e criticada por precarizar as relações de trabalho.

Alckmin comparou esse modelo à dinâmica do futebol: a empresa teria uma espécie de banco de reservas de trabalhadores, acionados conforme a demanda. Sem jornada fixa, trabalhar-se-ia alguns dias no mês, sem convocação nos demais. A remuneração dependeria da quantidade de horas efetivamente trabalhadas e, nos meses com poucas convocações, poderia receber menos do que um salário mínimo.

Além da remuneração por hora, o plano de governo de Flávio propõe medidas que podem aprofundar a precarização do trabalho, como a contratação de jovens a um custo menor e a redução dos custos trabalhistas para as empresas. A ênfase na negociação individual também pode enfraquecer a organização coletiva dos trabalhadores, que dependem do emprego e têm pouca margem para negociar. Somam-se a isso propostas de revisão das previdenciárias, com redução dos reajustes das aposentadorias.

Por outro lado, o plano de Luiz Inácio Lula da Silva reúne compromissos que não constam no de Flávio Bolsonaro: o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial; uma política permanente de valorização real do salário mínimo; o combate à pejetização fraudulenta; a regulamentação do trabalho por aplicativos e plataformas digitais; a igualdade salarial entre homens e mulheres; e o combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão.

A repentina mudança de posição de Flávio sobre o fim da escala 6x1 levanta dúvidas, pois não condiz com as diretrizes de seu plano de governo. Ele já afirmou, inclusive, que, se eleito, defenderá a revisão da medida, conforme foi noticiado em meios de comunicação nesta quarta-feira (14).

Diante dessas contradições, há motivos para questionar a sinceridade de seu apoio ao fim da escala 6x1. Seu discurso busca conquistar o voto do trabalhador, mas as propostas que apresenta apontam para o enfraquecimento dos direitos de quem trabalha.

Brasília, 14 de outubro de 2026

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Fonte: CUT

Lula apoiou 40 horas na Constituinte

Luiz Inácio Lula da Silva, deputado, PT, 43 anos (06.10.45), pernambucano, casado, metalúrgico, 1º mandato, 651.763 votos. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Líder do PT. Membro da Comissão de Sistematização.

1º TURNO		2º TURNO		INFORMATIVAS	
Estabilidade	☐	Estabilidade	☐	Unicidade sindical	Ab
40 horas	☐	40 horas	☐	Presidencialismo	S
Turno de 6 horas	☐	Turno de 6 horas	☐	5 anos para Sarney	N
Salário mínimo real	☐	Prescrição / 5 anos	☐	Aposentadoria proporcional	S
Prescrição / 5 anos	☐	Direito de greve	☐	Reforma agrária	S
Férias / 1/3 do salário	☐	Aviso prévio proporcional	☐	Direito de greve / servidor público	S
Piso salarial	☐	Estabilidade do dirigente sindical	☐	Defensor do povo	S
Direito de greve	☐	Sindicato como substituto processual	☐	Monopólio distribuição de petróleo	A
Aviso prévio / mínimo de 30 dias	☐	Trabs. / participação órgãos seus interesses	☐		
Comissão de fábrica	☐	Auto-aplicabilidade dos direitos sociais	☐		
Nota do 1º turno: DEZ		Nota do 2º turno: DEZ		Média final: DEZ	

Principal líder operário do País, foi o parlamentar mais bem votado do Brasil, com quase 700 mil votos. Em sua atuação na Constituinte foi incansável na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Demonstrou habilidade e revelou-se um competente negociador. Votou a favor da nacionalização das reservas minerais, da reforma agrária e da proteção da empresa nacional. Disse não aos cinco anos para Sarney.

Em 1988, o deputado constituinte Luiz Inácio Lula da Silva votou a favor da redução da jornada pra 40 horas semanais. Portanto, a posição de Lula pela redução da jornada vem de longe. Na época, não foi possível reduzir a jornada pra 40 horas, mas sim de 48 para 44 horas semanais.

Na avaliação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Lula tirou Nota 10, nos dois turnos da Constituinte. Esse registro consta do livro "Quem foi quem na Constituinte", publicado pelo Diap e a Oboré – página 625.

Este ano, o Presidente Lula enviou para o Congresso Nacional a PEC 221, que acaba com a escala 6x1 e fixa a jornada em 40 horas semanais. A matéria

Brasília-DF, 16 de outubro de 2026

passou na Câmara, também foi aprovada pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado e depois chegou ao plenário da Casa.

Portanto, a posição de Lula é clara. Quem ficou contra foi o senador do PL, Flávio Bolsonaro. Mas, ao sentir o desgaste eleitoral neste segundo turno, ele tenta mudar de posição, com uma pegadinha. A pegadinha é: aprovar agora e, caso eleito Presidente, apresentar uma nova PEC que derrube a conquista atual.

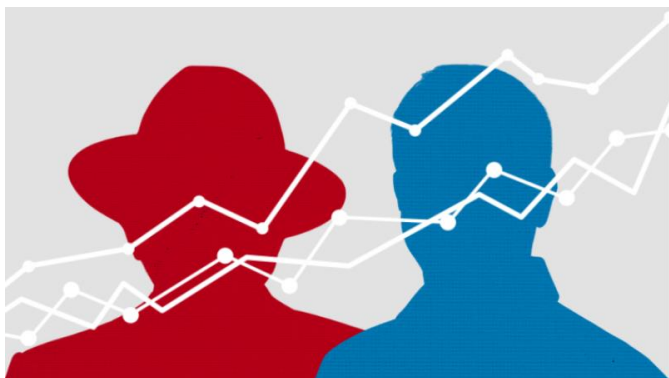
Para vários senadores e o conjunto do movimento sindical, é preciso evitar que esse golpe destrua já no ano que vem os direitos conquistados. Mas quem pode garantir a conquista das 40 horas e fim da escala 6x1? Quem pode dar essa garantia é o Presidente Lula, reeleito pelo povo brasileiro para um quarto mandato.

Mais – Site do Senado e do Diap

Fonte: Agência Sindical

Pesquisa que acertou 1º turno prevê Flávio com 50% contra 49% de Lula

Levantamento registra empate técnico e 81% dos eleitores decididos.



Pesquisa aponta empate técnico no segundo turno. Arte Congresso em Foco

Flávio Bolsonaro (PL) aparece com 50% das intenções de voto contra 49% de Lula (PT) no segundo turno da eleição presidencial de 2026, segundo pesquisa Palver divulgada nesta quinta-feira (15). A diferença entre os candidatos é menor que um ponto percentual. A margem de erro é de 2 p.p., o que sinaliza empate técnico.

O levantamento do Instituto Palver foi o que mais se aproximou do resultado obtido no primeiro turno das eleições presidenciais. Pesquisa divulgada em 3 de outubro, véspera da votação, apontou Flávio com 47% e Lula com 43%. Os candidatos somaram, respectivamente, 47,03% e 45,16%.

A primeira pesquisa Palver realizada exclusivamente para o segundo turno apresenta uma diferença de apenas um ponto percentual entre os candidatos. No cenário estimulado, quando os entrevistados recebem os nomes dos concorrentes, Flávio Bolsonaro registra 50%, enquanto Lula aparece com 49%.

Vira voto?

Um dos principais resultados da pesquisa está relacionado à firmeza da decisão dos eleitores. Segundo o levantamento, 81% dos entrevistados afirmaram que nada os faria mudar de candidato no segundo turno.

O percentual é semelhante entre os eleitores dos dois concorrentes. Entre os entrevistados que declararam voto em Lula, 81% disseram que não mudariam de escolha. Entre os apoiadores de Flávio Bolsonaro, o percentual chegou a 82%.

A pesquisa também perguntou quais acontecimentos poderiam provocar uma mudança de voto. Um escândalo ou crime grave envolvendo o candidato escolhido foi mencionado por 5% dos entrevistados. Outros 4% apontaram a possibilidade de desistência, impedimento ou substituição de algum candidato.

Mudanças na economia ou na situação do país foram citadas por 2%. O mesmo percentual mencionou propostas melhores do adversário ou alterações de posicionamento em assuntos considerados importantes.

Metodologia

A pesquisa Palver ouviu 5 mil eleitores pela internet entre os dias 10 e 13 de outubro de 2026, com participantes recrutados por meio de anúncios em redes sociais, distribuídos por perfis de sexo, idade e região. Após a coleta, as respostas passaram por procedimentos de verificação e ponderação estatística.

Nesta rodada, a metodologia foi atualizada para incorporar à calibração o resultado oficial do primeiro turno de 2026 cruzado por região, além de dados da PNAD Contínua 2025, informações do segundo turno presidencial de 2022 e filiação partidária. O levantamento informa nível de confiança de 95% e margem de erro amostral máxima de 2,3 pontos percentuais para os resultados agregados.

Como houve mudança na calibração, a Palver ressalta que os números desta rodada não devem ser comparados diretamente com os levantamentos anteriores.

Registro: BR-08028/2026

Fonte: Congresso em Foco